COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 7.619, DE 2017

(Apensados: PL nº 7.804/2017, PL nº 8.058/2017, PL nº 8.265/2017)

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para promover aperfeiçoamentos no Pronac e em seus mecanismos de promoção do setor da cultura.

Autor: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR AS IRREGULARIDADES NAS CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS POR APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, QUE INSTITUIU O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (PRONAC) E DEU OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Relator: Deputado JEAN WYLLYS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.619, de 2017, que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet), para promover aperfeiçoamentos no Pronac e em seus mecanismos de promoção do setor da cultura, é de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar as irregularidades nas concessões de benefícios fiscais concedidos por aplicação da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e deu outras providências.

O art. 1º do Projeto de Lei efetua alterações em diversos dispositivos da Lei Rouanet, o art. 2º acresce dispositivos novos à Lei e o art. 3º altera parte do art. 6º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, norma que dispõe, entre outros aspectos, sobre a legislação tributária brasileira, sendo que no art. 6º, III, incide sobre os benefícios tributários relativos à Lei Rouanet. O art. 4º do PL nº 7.619/2017 determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo algumas de suas regulamentações, para as quais se prevê prazos de vigência de um ano, um ano e meio e dois anos.

Tramitam em conjunto com o Projeto de Lei nº 7.619/2017 os Projetos de Lei nº 7.804, de 2017; nº 8.058, de 2017; e nº 8.265, de 2017.

O Projeto de Lei nº 7.804, de 2017, de autoria do Senhor Deputado Rômulo Gouveia, altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para definir regras de transparência em relação aos patrocínios e os incentivos fiscais concedidos aos projetos apoiados. É o que se apresenta na ementa e no art. 1º da proposição.

O art. 2º do PL nº 7.804/2017 acrescenta art. 29-A à Lei Rouanet para exigir que as informações sobre projetos culturais do art. 25 e sobre doações e patrocínios referidos no art. 26 “deverão ser disponibilizados para pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, em sistema eletrônico de acesso público”, obrigatoriamente com as seguintes informações dos projetos culturais: nome, descrição, Estado (de aprovação e de execução), valores das doações e patrocínios, plano de trabalho (com destinação dos recursos tomados de doações e patrocinadores). O § 2º determina que “a divulgação do projeto cultural, por qualquer meio, deverá indicar expressamente o número do projeto cultural no sistema eletrônico, e a forma de acessar as informações do projeto no sistema de que trata o caput deste artigo”. O art. 3º estabelece que a lei entrará em vigor na data da publicação.

O Projeto de Lei nº 8.058, de 2017, de autoria do Senhor Deputado André Amaral, altera os arts. 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para dispor sobre a destinação de 10% de recursos de

projetos culturais incentivados para o Fundo Nacional de Cultura (FNC). É o que descreve a ementa.

O art. 1º do PL nº 8.058/2017 acrescenta, aos arts. 18 e 26 da Lei Rouanet, que tratam do mecanismo de incentivo fiscal, direcionamento de 20% dos recursos doados ou patrocinados para o FNC, nos seguintes termos: “O equivalente a 10% (dez por cento) dos recursos doados ou patrocinados, na forma [...] deste artigo, a projetos culturais com valor total aprovado pelo Ministério da Cultura (MinC) a partir de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) deverá ser destinado, nos termos do regulamento, ao Fundo Nacional de Cultura (FNC)”, sendo que “o montante de recursos de projetos culturais destinados ao FNC [...] [nos termos do parágrafo anterior] poderá ser incluído no valor a deduzir do Imposto de Renda devido pelo incentivador”. O art. 2º determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O Projeto de Lei nº 8.265, de 2017, de autoria da Senhora Deputada Luzia Ferreira, altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para conferir preferência a projetos culturais populares e locais para doações ou patrocínios de empresas públicas e sociedades de economia mista e para permitir isenção fiscal a doações ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) e dá outras providências. Esse é o texto da ementa.

O art. 1º do PL nº 8.265/2017 acresce, na Lei Rouanet, § 4º ao art. 2º e art. 28-A. O art. 2º, § 4º determina que, “da totalidade dos recursos previstos à destinação dos projetos culturais de que trata esta Lei no mínimo 50% (cinquenta por cento) serão aplicados igualmente em cada uma das regiões geográficas brasileiras e o saldo será distribuído conforme a demanda de projetos”.

Já o art. 28-A do PL nº 8.265/2017 prevê o seguinte: “para que tenham acesso aos benefícios desta Lei, autarquias públicas, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista em que a União detenha participação acionária direta ou indiretamente, deverão aplicar ao menos: I - 15% (quinze por cento) dos recursos destinados ao incentivo de projetos culturais de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) destinados à proteção do folclore, do artesanato e das tradições populares nacionais; II - 20%

(vinte por cento) dos recursos destinados ao incentivo de projetos culturais ao resgate, manutenção e preservação do patrimônio cultural e material e imaterial brasileiro, inclusive o patrimônio histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos brasileiros.” O art. 2º determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi distribuída às Comissões de Cultura (CCult), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Não houve emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 7.619 é de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as irregularidades nas concessões de benefícios fiscais concedidos por aplicação da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e deu outras providências (CPI da Lei Rouanet).

O Projeto de Lei em análise foi produto de investigações e debates realizados ao longo dos trabalhos da referida Comissão, tendo sido a principal proposição legislativa apresentada pela CPI no Relatório Final, que foi aprovado por consenso de governo e oposição. Trata-se de mudança estrutural na Lei Rouanet, revisando-a amplamente, não apenas com o aperfeiçoamento de mecanismos já existentes, como criando outros novos para conferir maior força ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) e às atividades fiscalizatórias do Poder Executivo sobre os projetos culturais.

O Projeto de Lei nº 7.804, de 2017, de autoria do Senhor Deputado Rômulo Gouveia, insere art. 29-A na Lei Rouanet para obrigar a publicação, em sistema eletrônico com acesso em tempo real, de informações sobre projetos culturais e seus doadores e patrocinadores. A iniciativa, em seu teor, é meritória. No entanto, essas informações já são publicadas pelo Ministério

da Cultura (MinC) — <http://versalic.cultura.gov.br/#/home> — nos termos indicados na proposição. Por esse motivo, não há necessidade de alteração da Lei nesse sentido.

O Projeto de Lei nº 8.058, de 2017, do Senhor Deputado André Amaral, acrescenta, aos arts. 18 e 26 da Lei Rouanet, que tratam do mecanismo de incentivo fiscal, direcionamento de 20% dos recursos doados ou patrocinados para o FNC, nos seguintes termos: “O equivalente a 10% (dez por cento) dos recursos doados ou patrocinados, na forma [...] [deste artigo], a projetos culturais com valor total aprovado pelo Ministério da Cultura (MinC) a partir de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) deverá ser destinado, nos termos do regulamento, ao Fundo Nacional de Cultura (FNC)”, sendo que “o montante de recursos de projetos culturais destinados ao FNC [...] [nos termos do parágrafo anterior] poderá ser incluído no valor a deduzir do Imposto de Renda devido pelo incentivador”.

O texto é similar ao já constante no PL nº 7.619/2017, com a diferença que no art. 26 do PL nº 8.058/2017 consta a seguinte referência que está ausente no PL nº 7.619/2017: “O montante de recursos de projetos culturais destinados ao FNC, nos termos do § 6º deste artigo, poderá ser incluído no valor a deduzir do Imposto de Renda devido pelo incentivador”. Pela proximidade dos dois textos das proposições, opta-se pelo texto do PL nº 7.619/2017, com emenda que incorpore a diferença referida.

O Projeto de Lei nº 8.265, de 2017, de autoria da Senhora Deputada Luzia Ferreira, acrescenta § 4º ao art. 2º da Lei Rouanet, nos seguintes termos: “da totalidade dos recursos previstos à destinação dos projetos culturais de que trata esta Lei no mínimo 50% (cinquenta por cento) serão aplicados igualmente em cada uma das regiões geográficas brasileiras e o saldo será distribuído conforme a demanda de projetos”. O mecanismo indicado neste dispositivo da proposição, embora de intenção meritória, não promove plenamente os efeitos intencionados. Afinal, além das desigualdades macrorregionais na aplicação de recursos da Lei Rouanet, há assimetrias no interior de cada região brasileira. Igualmente, a ausência de

indicação da proporcionalidade da população pode criar desequilíbrio indesejado na distribuição dos recursos.

O Projeto de Lei nº 8.265/2017 também acresce art. 28-A à Lei Rouanet:

Art. 28-A. Para que tenham acesso aos benefícios desta Lei, autarquias públicas, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista em que a União detenha participação acionária direta ou indiretamente, deverão aplicar ao menos:

I - 15% (quinze por cento) dos recursos destinados ao incentivo de projetos culturais de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) destinados à proteção do folclore, do artesanato e das tradições populares nacionais;

II - 20% (vinte por cento) dos recursos destinados ao incentivo de projetos culturais ao resgate, manutenção e preservação do patrimônio cultural e material e imaterial brasileiro, inclusive o patrimônio histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos brasileiros.

Considerando que o texto do art. 28-A se aproxima nos PLs nº 7.619/2017 e nº 8.265/2017, mas que há elementos diferentes e meritórios na última proposição, propõe-se adotar, no que se refere ao art. 28-A, o texto do PL nº 7.619/2017 e incorporar, na forma de emenda, as contribuições pertinentes constantes no PL nº 8.269/2017.

No conjunto, quatro emendas são propostas para aperfeiçoar o texto do Projeto de Lei nº 7.619/2017. A primeira consiste em inverter, no texto a ser modificado da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, as porcentagens das alíneas “a” e “b” do inciso III do art. 6º. O sentido da proposição em análise foi manter o mesmo limite já vigente (4%) para grandes empresas que apuram o imposto de renda com base no lucro real e permitir limite maior (6%) para casos específicos, entre os quais pequenas e médias empresas que apuram esse imposto com base no lucro real. Por provável equívoco de redação, o sentido das alíneas “a” e “b” está invertido, conferindo, no texto da proposição, maior abatimento às grandes empresas e menor às pequenas e médias (o corte é a

renda bruta de R\$ 300 milhões). Por isso, basta restituir o sentido original do debate que deu origem a este dispositivo do Projeto de Lei nº 7.619/2017.

A segunda emenda ao Projeto de Lei nº 7.619/2017 consiste em acrescentar expressão incluída no art. 18 da Lei Rouanet, mas que não consta do art. 26. Trata-se de “*montante que poderá ser incluído no valor a deduzir do Imposto de Renda devido pelo incentivador*”. A emenda apresentada efetua a referida inserção para preservar o paralelismo dos dois dispositivos mencionados, assim incorporando, no mérito, a contribuição presente no Projeto de Lei nº 8.058, de autoria do Senhor Deputado Rômulo Gouveia, que apresenta essa expressão na modificação que propõe ao art. 26 da Lei Rouanet.

A terceira emenda proposta ao Projeto de Lei nº 7.619/2017 consiste em suprimir a alteração proposta para o art. 4º, § 2º da Lei Rouanet, pois apenas há repetição do texto legal já vigente.

A quarta emenda proposta ao Projeto de Lei nº 7.619/2017 mescla os textos constantes no art. 28-A dessa proposição e do Projeto de Lei nº 8.265/2017, acrescentando também a referência às culturas indígenas, afro-brasileiras e de minorias às tradições culturais locais.

Diante do exposto, nosso voto é pela REJEIÇÃO dos Projetos de Lei nº 7.804, de 2017, do Senhor Deputado Rômulo Gouveia; nº 8.058, de 2017, do Senhor Deputado André Amaral; e nº 8.265, de 2017, da Senhora Deputada Luzia Ferreira, e pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 7.619, de 2017, de autoria da CPI da Lei Rouanet, com as emendas anexas.

Sala da Comissão, em 20 de junho de 2018.

Deputado JEAN WYLLYS

Relator

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 7.619, DE 2017

(Apensados: PL nº 7.804/2017, PL nº 8.058/2017, PL nº 8.265/2017)

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para promover aperfeiçoamentos no Pronac e em seus mecanismos de promoção do setor da cultura.

EMENDA Nº

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei nº 7.619, de 2017, a qual inverte as porcentagens das alíneas “a” e b” do inciso III do art. 6º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e retifica de “parágrafo único” para “§ 6º” a numeração do dispositivo constante na proposição:

"Art. 3º O art. 6º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 6º

.....

II - o art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, não poderá exceder 4% (quatro por cento) do imposto de renda devido;

III - o art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, não poderá exceder:

a) 4% (quatro por cento) do imposto de renda devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real cuja receita bruta seja maior que R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

b) 6% (seis por cento) do imposto de renda devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real cuja receita bruta seja de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

c) 6% (seis por cento) do imposto de renda devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado;

d) 6% (seis por cento) do imposto de renda devido por pessoas físicas.

Parágrafo único. A somatória total das deduções realizadas por pessoas físicas e jurídicas, nos termos do inciso III do art. 6º desta Lei, não poderá exceder o quantitativo total de renúncias fiscais autorizado pelo Poder Executivo para o art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.’ (NR)”

Sala da Comissão, em 20 de junho de 2018.

Deputado JEAN WYLLYS

Relator

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 7.619, DE 2017

(Apensados: PL nº 7.804/2017, PL nº 8.058/2017, PL nº 8.265/2017)

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para promover aperfeiçoamentos no Pronac e em seus mecanismos de promoção do setor da cultura.

EMENDA Nº

Acrescente-se, às modificações propostas pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 7.619, de 2017, no § 6º do art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a expressão “*montante que poderá ser incluído no valor a deduzir do Imposto de Renda devido pelo incentivador*”, após “ao Fundo Nacional de Cultura (FNC),” e antes de “e não poderá ser objeto de contingenciamento [...]”, com a seguinte redação e preservando as demais propostas de alteração apresentadas no art. 1º da proposição:

"Art. 1º

.....

'Art. 26

.....

§ 6º O equivalente a 20% (vinte por cento) dos recursos doados ou patrocinados, na forma do **caput** deste artigo, a projetos culturais com valor total aprovado pelo Ministério da Cultura maior que R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) deverá ser destinado, nos termos do regulamento, ao Fundo Nacional de Cultura (FNC), montante que poderá ser incluído no valor a deduzir do Imposto de Renda devido

pelo incentivador e não poderá ser objeto de contingenciamento ou de uso para reserva de contingência pelo Poder Executivo.

.....' (NR)".

Sala da Comissão, em 20 de junho de 2018.

Deputado JEAN WYLLYS
Relator

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 7.619, DE 2017

(Apensados: PL nº 7.804/2017, PL nº 8.058/2017, PL nº 8.265/2017)

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para promover aperfeiçoamentos no Pronac e em seus mecanismos de promoção do setor da cultura.

EMENDA Nº

Suprima-se, no art. 1º do PL nº 7.619, de 2017, a alteração proposta para o § 2º do art. 4º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Sala da Comissão, em 20 de junho de 2018.

Deputado JEAN WYLLYS
Relator

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 7.619, DE 2017

(Apensados: PL nº 7.804/2017, PL nº 8.058/2017, PL nº 8.265/2017)

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para promover aperfeiçoamentos no Pronac e em seus mecanismos de promoção do setor da cultura.

EMENDA Nº

Altere-se, no que se refere às modificações propostas pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 7.619, de 2017, o art. 28-A no § 6º do art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a expressão “*montante que poderá ser incluído no valor a deduzir do Imposto de Renda devido pelo incentivador*”, após “ao Fundo Nacional de Cultura (FNC),” e antes de “e não poderá ser objeto de contingenciamento [...]”, com a seguinte redação e preservando as demais propostas de alteração apresentadas no art. 1º da proposição:

"Art. 2º

.....

‘Art. 28-A. Para que tenham acesso aos benefícios desta Lei, autarquias públicas, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista deverão apresentar Plano Anual de aplicação dos recursos destinados ao incentivo de projetos culturais, a ser aprovado pelo Ministério da Cultura (MinC), e aplicar ao menos:

I - 15% (quinze por cento) dos recursos destinados ao incentivo de projetos culturais de até R\$ 500.000,00

(quinhentos mil reais) destinados à proteção do folclore, do artesanato, das culturas de comunidades indígenas, afro-brasileiras, de minorias e das demais tradições populares locais;

II - 20% (vinte por cento) dos recursos destinados ao incentivo de projetos culturais ao resgate, manutenção e preservação do patrimônio cultural e material e imaterial brasileiro, inclusive o patrimônio histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos brasileiros.

§ 1º Autarquias públicas, fundações públicas, empresas públicas de sociedades de economia mista deverão aplicar, equitativamente, no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos seus recursos que sejam objeto de benefícios desta Lei em projetos culturais que sejam executados nas Unidades da Federação e que tenham proponente oriundo da Unidade da Federação.

*§ 2º Podem ser incluídos os projetos culturais referidos nos incisos I e II do **caput** na porcentagem estabelecida no § 1º deste artigo.*

.....' (NR)".

Sala da Comissão, em 20 de junho de 2018.

Deputado JEAN WYLLYS

Relator